

Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires
Instituto de Investigaciones en Administración, Contabilidad y
Métodos Cuantitativos para la Gestión
Sección de Investigaciones Contables

Contabilidad y Auditoría

Investigaciones en Teoría Contable

ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail)
Nº 46 año 23–p.39/72

Título:

**REFLEXÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DOS EVENTOS
RELACIONADOS COM O MEIO AMBIENTE**

Autor:

PAULO ROBERTO DA SILVA
prabundancia@gmail.com

Universidade de São Paulo

Dr. PAULO ROBERTO DA SILVA

- Doutor em Controladoria e Contabilidade – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Brasil (FEA-USP)
- Mestrado em Ciências Contábeis - Fundação Getúlio Vargas – RJ - Concentração: Auditoria - Conclusão: 12.10.1988
- Professor Associado 1 - Regime: Dedicación Exclusiva - Período: dez/90 até hoje. Faculdade de Ciências Contábeis, Administração e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Brasil (FCCAT-UFF)
- Autor de livros e artigos.

Publicación presentada el 26/08/2016 - Aprobada el 02/03/2017

Contabilidad y Auditoría Investigaciones en Teoría Contable N° 46-año 23 – Diciembre 2017
ISSN 1515-2340 (Impreso) ISSN 1852-446X (En Línea) ISSN 1851-9202 (Vía Mail).

*TITULO: REFLEXÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DOS EVENTOS RELACIONADOS COM O MEIO AMBIENTE. P.
37/70*

AUTOR: PAULO ROBERTO DA SILVA

**REFLEXÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DOS EVENTOS
RELACIONADOS COM O MEIO AMBIENTE**

SUMÁRIO

Palabras clave

Key words

Resumen

Abstract

1. Introdução

2. Reconhecimento dos eventos ambientais e seus desdobramentos

3. Reconhecimento dos eventos ambientais e inclusão social

4. Existiria a oportunidade para a concepção de uma teoria econômica alternativa?

5. Existiria Contabilidade harmônica com uma teoria econômica alternativa?

5.1. Balanço socioambiental para planejamento social

5.2. Abrangência da aplicação

6. Conclusões

7. Bibliografia

PALAVRAS-CHAVE

**RECONHECIMENTO DE EVENTOS AMBIENTAIS – DESIGUALDADE – NOVA
CONSCIÊNCIA – EVOLUÇÃO DA TEORIA DA CONTABILIDADE**

KEY WORDS

ENVIRONMENTAL EVENTS RECOGNITION – INEQUALITY – NEW AWARENESS – ACCOUNTING THEORY EVOLUTION

RESUMO

O reconhecimento dos eventos relacionados com o meio ambiente tem sido defendido como um instrumento relevante para preservar a natureza. Isso procede porque restringe o acesso ao patrimônio natural, mas promove a exclusão social. Talvez seja necessária uma perspectiva diferente capaz de equacionar esses complexos problemas, aspecto que pode impactar todas as áreas do conhecimento. Na Economia, a Economia Baseada na Abundância (EBA) é uma das propostas inovadoras. Na Contabilidade, o Balanço Socioambiental para Planejamento Social parece harmônico com EBA e pode ser o embrião de uma visão contábil alternativa. Espera-se identificar relevantes oportunidades para a evolução da Contabilidade.

RESUMEN

El reconocimiento de los eventos ambientales ha sido defendido como una herramienta relevante para preservar la naturaleza. Hace sentido porque restringe acceso al patrimonio natural, pero refuerza la exclusión social. Quizá sea necesaria una perspectiva diferente capaz de solucionar esos complejos problemas, aspecto que puede impactar todas las áreas del conocimiento. En Economía, la Economía Basada en la Abundancia

(EBA) es una de las propuestas innovadoras. En Contabilidad, la Demonstración Socioambiental para Planeamiento Social parece harmónica con EBA y puede ser el embrión de una visión contable alternativa. Significativas oportunidades para la evolución de la Contabilidad son sugeridas.

ABSTRACT

The recognition of the environmental events has been defended as a relevant tool against the nature destruction. This understanding proceeds because it restricts the access to the natural wealth, but it promotes the social exclusion. It seems to be necessary a different worldview able to deal with these complex problems. Another perspective can transform all the knowledge areas. In Economy, the Abundance-Based Economy is an alternative proposal. In Accounting, the Social and Environmental Planning Report seems compatible with Abundance-Based Economy and the beginning of an alternative accounting view. It hopes identify relevant opportunities for the Accounting evolution.

1. INTRODUÇÃO

Durante o 1st South American Congress on Social and Environmental Accounting Research (CSEAR Rio 2009, Brasil), foi apresentado um trabalho sobre valorização dos serviços ambientais prestados pela Floresta Amazônica. Ao final da exposição, a apresentadora concluiu com a seguinte afirmação: *“É necessário mensurar o valor dos serviços ambientais prestados pela Floresta*

Amazônica para preservá-la.” Visando efetuar uma transição bem-humorada da apresentação do trabalho para o debate geral, o coordenador do painel fez o seguinte comentário: *“O problema de se encontrar um valor para a Floresta Amazônica é que pode aparecer alguém com dinheiro suficiente e comprá-la...”*. Todos riram bastante, mas talvez a profundidade do comentário não tenha sido plenamente percebida pelos presentes.

Este estudo tem o objetivo de compartilhar reflexões sobre a tendência para o reconhecimento de eventos relacionados com o meio ambiente (doravante denominados eventos ambientais) e seus prováveis desdobramentos. Seu escopo se restringe ao reconhecimento de eventos ambientais que possam causar elevações nos preços de bens e serviços e, por conseguinte, exclusão social. Compreende, todavia, a análise da base da teoria econômica predominante, bem como a visão de mundo que a sustenta.

Os argumentos apresentados indicam que a teoria econômica predominante é desprovida de instrumentos capazes de harmonizar a preservação da natureza com a inclusão social. Supõe-se que esta tarefa requeira diferentes concepções de mundo, riqueza e economia. Considerando válidas estas proposições, é efetuada a análise da Economia Baseada na Abundância, uma das várias propostas alternativas de teoria econômica, tentando uma harmonização com o Balanço Socioambiental para Planejamento Social (Silva, 2011:141-168). Tal empreendimento identifica oportunidades interessantes para a evolução da teoria contábil.

2. RECONHECIMENTO DOS EVENTOS AMBIENTAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

O reconhecimento dos eventos relacionados com o meio ambiente tem sido defendido como um instrumento relevante para preservar a natureza. A ilustração¹, extraída do artigo intitulado: “O valor do verde – estudo

calcula em bilhões os benefícios que alguns ecossistemas geram para a humanidade”, veiculado numa das mais importantes revistas semanais brasileiras (Traumann, 1997:80), oferece interessante material para reflexão sobre este assunto. Ela é reproduzida a seguir.



Ilustração 1 – O valor dos ecossistemas da Terra (Fonte: Revista Veja).

A etiqueta com o seu suposto valor fixada na Terra parece sugerir que a vida se transformou numa mercadoria. Quem tiver dinheiro suficiente poderá comprá-la? Seus serviços serão privatizados? O que acontecerá com aqueles que não tiverem dinheiro suficiente para pagar?

Estas questões podem parecer bizarras, mas acontecem, em escalas menores, com mais frequência do que talvez se

possa imaginar. O relato, transcrito a seguir, sobre uma ação judicial contra a General Motors é uma evidência relevante.

Em julho de 1999, a GM foi condenada em primeira instância, por um júri de Los Angeles (Califórnia), a pagar a soma astronômica de US\$ 4,9 bilhões a seis pessoas que sofreram queimaduras em 1993. A picape Chevrolet Malibu 1979, que ocupavam, pegou fogo, depois de ter sido atingida na traseira por um carro a 80 quilômetros por hora. A motorista saiu relativamente ilesa, mas seus quatro filhos e sua amiga sofreram queimaduras desfiguradoras. Mais tarde, esse valor foi reduzido para US\$ 1,2 bilhão.

Os advogados de defesa convenceram os jurados de que a montadora: a) sabia que este tipo de carro não era seguro por causa do tanque de combustível; b) conhecia os meios para torná-lo menos perigoso; c) preferiu poupar entre quatro e 12 dólares a mais por veículo a fazer as modificações necessárias. Para tanto, os advogados valeram-se de documentos internos da própria GM, entre os quais o famoso memorando que estima que cada vida humana ‘tem um valor de US\$ 200 mil’. Durante anos, a GM lutou para manter o memorando fora dos tribunais, alegando que não refletia a política da corporação.

Depois de 11 semanas de julgamento, o júri concluiu que o tanque de combustíveis do carro, localizado sob o porta-malas perto do pára-choque traseiro, era perigosamente vulnerável em colisões traseiras. E mais, que o tanque havia sido colocado lá pela GM para economizar custos. O juiz responsável pelo caso escreveu: ‘Este tribunal concluiu que evidências claras e convincentes demonstraram que o tanque de combustíveis foi colocado

pela ré atrás do eixo dos automóveis do modelo e tipo de carro em questão para maximizar lucros – em prejuízo da segurança das pessoas.’ (Srour, 2000:191)

Esse relevante relato ilustra adequadamente o potencial destrutivo inerente ao processo de atribuição de valor àquilo que é incomensurável, seja a vida humana, ecossistemas específicos ou toda a Terra. Esse poder de destruição se concretiza através das ações cotidianas das pessoas orientadas por estas bizarras avaliações. O repúdio a essa atitude condenável poderia ser direcionado para a empresa General Motors, mas a pessoa jurídica nada faz. Foram seres humanos (economistas, contadores, administradores de empresas, advogados, mecânicos, engenheiros, atuários etc.) que avaliaram a vida humana em US\$ 200.000, construíram e venderam um carro perigoso, visando à maximização do valor econômico. Em outras palavras, pessoas concluíram que o lucro gerado por tal decisão superaria os ferimentos e mortes associados.

A transformação da vida (e seus requisitos fundamentais - ar, água, silêncio, temperatura, segurança, sombra, paisagem etc.) em mercadoria pode colocar a própria vida em risco e/ou estimular a desigualdade, em vez preservar a natureza. Tal procedimento poderia acarretar aumentos nos preços de bens e serviços motivados por incorporações dos valores desses serviços ambientais aos seus custos, tributação etc., dificultando o acesso às pessoas menos favorecidas - desigualdade. No limite, o acesso aos serviços ambientais e à permissão de poluição poderia se tornar restrito às pessoas ricas. O mercado de crédito de carbono é um exemplo notório de restrição do acesso à permissão para elevar a poluição em benefício dos mais afortunados.

Por um lado, esses prováveis desdobramentos do reconhecimento de eventos ambientais poderiam preservar o meio ambiente, na medida em que restringissem o acesso ao patrimônio natural para poucos. Entretanto,

por outro lado, aumentariam a injustiça social que já é dramática. Como superar este dilema? Esta questão é explorada no próximo tópico.

3. RECONHECIMENTO DOS EVENTOS AMBIENTAIS E INCLUSÃO SOCIAL

A reflexão sobre o dilema entre o reconhecimento dos eventos ambientais e a inclusão social requer uma visita aos fundamentos do processo de atribuição de valor, ou seja, às bases da teoria econômica. Este entendimento é corroborado por Capra da seguinte forma:

Nestes últimos anos, os efeitos sociais e ecológicos da nova economia têm sido discutidos à exaustão por acadêmicos e líderes comunitários [...]. As análises deles deixam perfeitamente claro que o capitalismo global, em sua forma atual, é manifestamente insustentável e teria que ser reestruturado desde as bases. Essa reestruturação é defendida até mesmo por alguns 'capitalistas esclarecidos', que, depois de ganhar rios de dinheiro, começam agora a se preocupar com a natureza altamente imprevisível e o enorme potencial autodestrutivo do atual sistema. Tal é o caso do financista George Soros, um dos jogadores que mais ganharam no cassino global, que começou há pouco tempo a chamar a doutrina neoliberal da globalização econômica de 'fundamentalismo de mercado' e a considera tão perigosa quanto qualquer outro tipo de fundamentalismo.

Além da sua instabilidade econômica, a forma atual do capitalismo global é insustentável dos pontos de vista ecológico e social, e por isso não é viável a longo prazo. O ressentimento contra a globalização econômica está crescendo rapidamente em todas as partes do mundo. Pode ser que o destino último do capitalismo global seja, nas palavras de Manuel Castells, 'a rejeição social, cultural e política, por parte de um grande número de

‘pessoas do mundo inteiro, de um Autômato cuja lógica ignora ou desvaloriza a humanidade dessas pessoas’. Como veremos, é muito possível que essa rejeição já tenha começado. (Capra, 2002a:167)

Esta citação, apesar de ter se restringido ao capitalismo global, é importante porque destaca que:

1. a teoria econômica predominante é insustentável ecológica e socialmente, logo precisa ser modificada desde as bases; e
2. parece existir um número considerável de pessoas rejeitando a economia atualmente praticada, aspecto que se harmonizaria com a perspectiva alternativa que o presente estudo aborda no próximo tópico.

Apesar da relevância do texto citado, cabe uma ressalva sobre a delimitação efetuada pelo autor em relação ao capitalismo global. Isso porque esta manifestação social é apenas o mais recente e sofisticado desdobramento da teoria econômica predominante. O próprio autor, em outra obra, sintetizando as ideias de Hazel Hendersen, destaca as semelhanças entre as economias capitalistas e socialistas, no que se refere à incapacidade de lidar com a desigualdade da seguinte forma:

[...] Altas taxas de crescimento [econômico] não só contribuem pouquíssimo no sentido de amenizar os problemas sociais e humanos mais urgentes como também são acompanhadas, em muitos países, por um desemprego crescente e uma deterioração geral das condições de vida. Hendersen aponta também que a obsessão global com o crescimento resultou numa similaridade extraordinária entre as economias capitalista e comunista. ‘A infrutífera dialética entre capitalismo e socialismo terá sua irrelevância exposta, pois ambos os

sistemas baseiam-se no materialismo e ambos estão comprometidos com o crescimento industrial e com tecnologias que levam a um crescente centralismo e controle burocrático.’ [...].(Capra, 2002b: 194)

Com base no exposto, a reflexão aqui proposta inclui o capitalismo global e as demais abordagens que possuem o mesmo fundamento conceitual, tais como: socialista (economia planificada), bem-estar, desenvolvimento sustentável etc., conforme argumentado adiante. Cabe, então, a seguinte questão: por que a teoria econômica predominante seria insustentável ecológica e socialmente?

A Economia é geralmente percebida como uma área do conhecimento humano que visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas (Vasconcellos e Garcia, 2000:1). Entretanto, Amartya Sen, laureado com Nobel de Economia, afirma que “Evidentemente, é preciso admitir desde já que direitos morais ou liberdade não são, de fato, conceitos aos quais a moderna economia dá muita atenção.” (Sen, 1999:87)

O confronto dos autores citados sugere a seguinte questão: como uma área do conhecimento que pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas pode atribuir pouca atenção aos conceitos de direitos morais ou liberdade? A resposta para esta questão parece exigir uma análise sobre os fundamentos da teoria econômica predominante. Esse entendimento é corroborado por Fritjof Capra, sintetizando afirmações de Hazel Henderson, da seguinte forma:

[...] a atual confusão de nossa economia exige que questionemos os conceitos básicos do pensamento econômico contemporâneo. Ela [Henderson] cita uma miríade de provas que corroboram sua tese, inclusive declarações de vários conceituados economistas que reconhecem o fato de sua disciplina ter chegado a um impasse. Porém, o mais importante, talvez, é a

observação de Henderson segundo a qual as anomalias que os economistas já não sabem como enfrentar são hoje dolorosamente evidentes para todo e qualquer cidadão. Passados dez anos, e em face dos déficits e endividamentos generalizados, da destruição incessante do meio ambiente e da persistência da pobreza em meio ao progresso mesmo nos países mais ricos, essa afirmação não perdeu nada em sua pertinência. (Capra, 2002b: 192)

Confirmada a relevância de uma revisão dos fundamentos da teoria econômica predominante, inicia-se esta tarefa a partir da premissa de que qualquer área do conhecimento alcança maior importância social quando seu paradigma se expande. Paradigma, para fins deste texto, “[...] diz respeito às formas básicas de perceber, pensar, avaliar e agir, associadas a uma visão particular da realidade. [...]” (Harman, 1994:28) Então seria válido construir o esquema apresentado na ilustração 2.

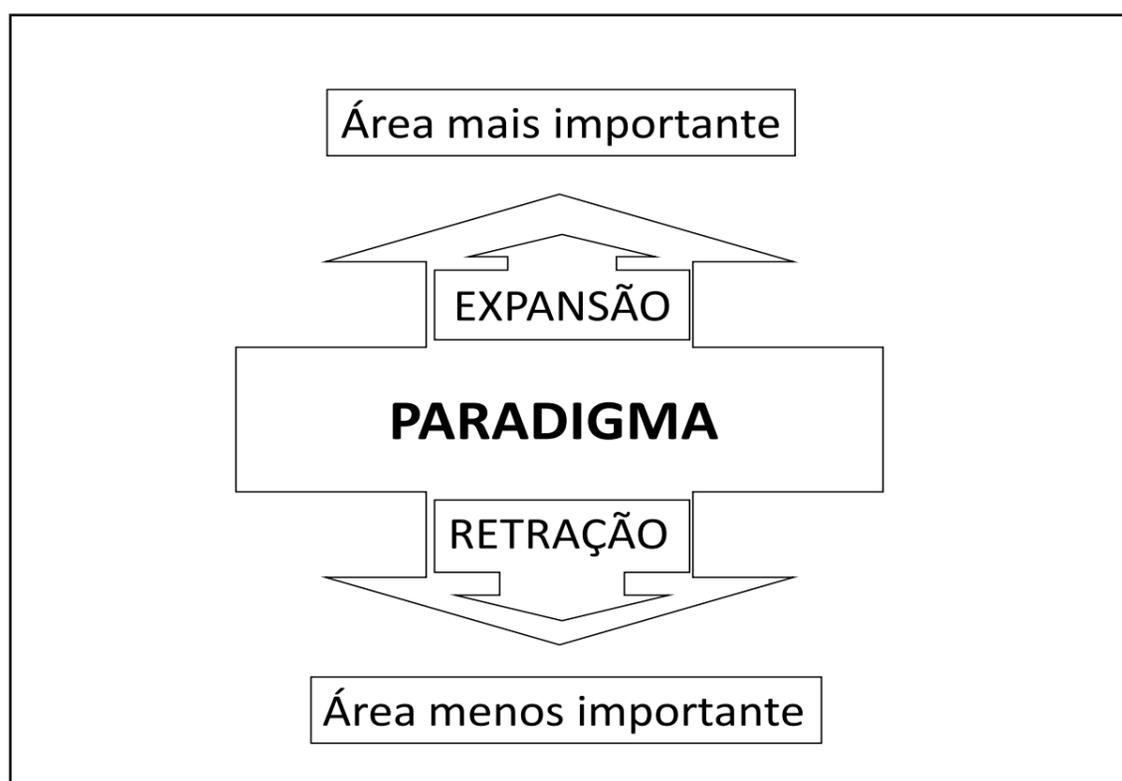


Ilustração 2: relação entre paradigma e importância social de uma área do conhecimento. (Fonte: autor)

A observação do esquema da ilustração 2 encaminha a análise para a pergunta essencial: qual é o paradigma da teoria econômica predominante? Como é facilmente comprovado em qualquer obra sobre fundamentos da Economia, o paradigma que sustenta a teoria econômica predominante é: escassez (Pinho e Vasconcellos, 1998:12; Varian, 2000:47; Morcillo e Troster, 1994:8; Rossetti, 2000:205, entre outros). A ilustração 3 incorpora esta desconcertante constatação ao esquema apresentado antes.

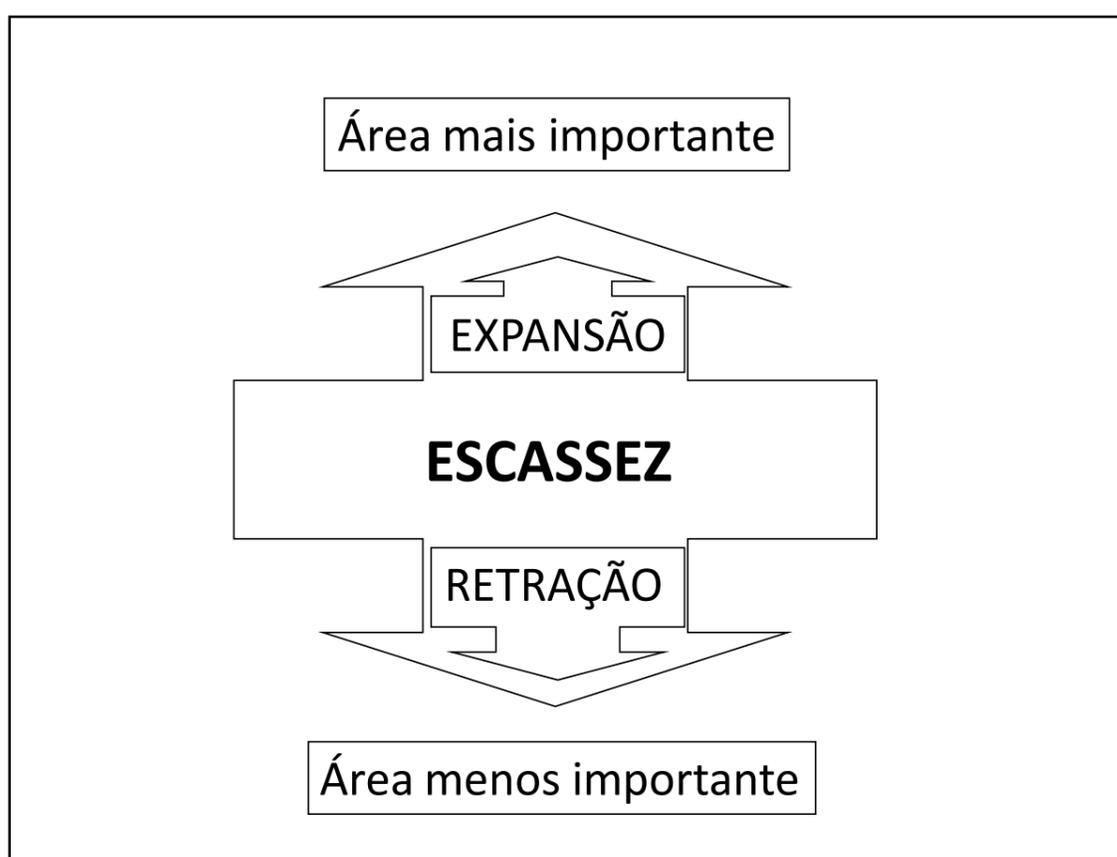


Ilustração 3: relação entre escassez e importância social da teoria econômica predominante. (Fonte: autor)

A ilustração 3 indica que a importância social da teoria econômica predominante cresce quando a escassez (seu paradigma) se expande. Vários autores afirmam que um estado de abundância reduziria a importância social da Economia (Varian, 2000:47; Pinho e Vasconcellos, 1998:12; Rossetti, 2000:205). A afirmação de Fritjof Capra arremata adequadamente este entendimento:

A expansão da economia destrói a beleza das paisagens naturais com edifícios medonhos, polui o ar, envenena os rios e os lagos. Mediante um condicionamento psicológico implacável, ela rouba das pessoas o seu senso de beleza, enquanto gradualmente destrói aquilo que há de belo em seu meio ambiente. (Capra, 2002b:170)

Em virtude do exposto e do ilusório entendimento generalizado de que o crescimento da economia é desejável, depreende-se que toda a estrutura teórica baseada na escassez (teorias, abordagens, sistemas e modelos) estimula a expansão da própria escassez. Constata-se, então, que perseguir o crescimento da economia predominante equivale a estimular a expansão da escassez, da destruição da natureza preservada e da desigualdade. Leon Tolstoi, há mais de cem anos, sintetizou brilhantemente a argumentação apresentada da seguinte forma: “Do ponto de vista econômico, sustenta-se uma teoria que pode ser formulada assim: ‘Quanto pior, melhor.’ [...]” (Tolstoi, 1994:206)

Por conseguinte, a informação de que a teoria econômica predominante visa à melhoria da qualidade de vida das pessoas, por estar baseada na escassez¹, não é validada pela análise efetuada. Isso porque os ambientes de escassez estimulam a manifestação das características humanas menos elogiáveis, tais como: medo, agressividade, egoísmo, competição, avareza etc. Keynes, talvez o mais reconhecido economista do século XX, escreveu que a avareza, a usura e a precaução devem ser

¹É importante diferenciar: (1) o reconhecimento da escassez onde ela de fato exista e (2) fundamentar uma área de conhecimento no conceito da escassez. Fingir que se experimenta um estado de abundância não eleva a qualidade de vida. Porém nortear o comportamento das pessoas para a expansão da escassez também não pode gerar bons resultados. A consequência disto é que toda sua estrutura conceitual depende da existência da escassez, qualquer que seja a sua orientação – capitalista, socialista, de mercado, planejada, do bem-estar, desenvolvimento sustentável etc.

endeusadas e que todos devem preferir o injusto ao justo para estimular o crescimento econômico (Schumacher, 1983:20). Tal perspectiva afasta as pessoas do bem-estar duradouro, matéria-prima básica da qualidade de vida. Sobre esse assunto, Baker afirma que:

Quando temos medo de que as nossas necessidades não serão satisfeitas [ambiente de escassez], nos envolvemos em atos impulsivos de autopreservação ou em mecanismos de defesa para nos proteger. Esses mecanismos infelizmente tornam-se psicopatologia que nos separa não apenas das outras pessoas como também do nosso verdadeiro eu. [...]. (Baker, 2005:72)

Assim, entendendo ou não de Economia, a dedicação quase que integral ao processo econômico² gera comportamentos cotidianos que fomentam a escassez e desgastam perigosamente as relações sociais (desigualdade) e o meio ambiente.

Vários autores afirmam que a desigualdade é o nó civilizatório que deve ser desatado (Stiglitz, 2013; Lévesque, 2007:50; Birdsall, 2006). Considerando válido este entendimento, todos os estímulos à concentração de poder, matéria-prima da desigualdade, devem ser vistos com ceticismo. Torna-se relevante, portanto, destacar a ligação entre a teoria econômica predominante e a concentração de poder.

² Processo econômico, para fins deste texto, significa o conjunto de atividades relacionadas com a obtenção, manutenção e uso dos recursos que satisfazem necessidades (alimentação, transporte, lazer, segurança, moradia, vestuário etc.). O trabalho para obter dinheiro ocupa grande parte das horas acordadas de muitas pessoas. Adicionando o tempo de deslocamento, cursos (profissionalizantes, graduação, pós-graduação, educação continuada etc.), verifica-se que quase todo o tempo desperto das pessoas é destinado ao processo econômico. Num levantamento informal com alunos de graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Federal Fluminense, segundo seus depoimentos, a média de dedicação é superior a 80% do tempo acordado.

Inicia-se esta tarefa pela seguinte questão: o que acontece com o detentor de um recurso que se torna mais escasso³? Em outras palavras, o possuidor de uma concessão para explorar uma fonte de água mineral será considerado bem-sucedido e ficará mais poderoso se a escassez de água aumentar ou diminuir? Infelizmente, ele fará sucesso, ficará mais rico e poderoso se a água for mais escassa, situação geradora de desigualdade. Isso porque a miopia da teoria econômica predominante despreza os bens abundantes e valoriza a falta, a escassez. Estudos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que o mundo, inclusive os EUA, está cada vez mais rico e desigual, confirmando a validade da argumentação apresentada (Stiglitz, 2013; Lévesque, 2007:50; Birdsall, 2006; Rodrigues e Vasconcellos, 2005; Tapscott e Ticoll, 2005:226). Portanto a adoção desta estrutura conceitual concentradora de poder aos eventos ambientais teria como resultado inexorável o recrudescimento da exclusão social, desigualdade.

Considerando válida esta argumentação⁴, constata-se que a natureza da teoria econômica predominante é destrutiva e incapaz de orientar a busca por soluções adequadas para os graves problemas socioambientais que a humanidade enfrenta. Surge, então, a seguinte questão: o que fazer, já que a teoria econômica predominante é excludente? O próximo tópico se destina a explorar possíveis respostas para esta relevante pergunta.

4. EXISTIRIA A OPORTUNIDADE PARA A CONCEPÇÃO DE UMA TEORIA ECONÔMICA ALTERNATIVA?

³ O conceito de escassez é mais abrangente que a inexistência de uma quantidade suficiente de produtos para satisfazer as necessidades das pessoas. Atribuir valor simbólico para elevar o preço dos bens e serviços, tornando-os acessíveis somente para poucos, também se caracteriza como escassez. A propaganda e a tecnologia são instrumentos poderosos para criar esse tipo sutil de escassez (Silva, 2006:139-150 e 161-169).

⁴ Para maiores esclarecimentos, ver Silva (2006:15-36).

A teoria econômica predominante, por ser baseada na escassez e orientadora para a concentração de poder social (externo, sobre os outros), harmoniza-se com a visão de mundo manifestada pela humanidade há séculos. Suas características mais marcantes são as seguintes: egoísmo, segregação, competição, ambição, ganância, busca pelo poder social, exclusão, medo e escassez. Nunca houve na história tanta riqueza (pelos critérios da teoria econômica predominante) e tanta desigualdade quanto hoje (Rodrigues e Vasconcellos, 2005). Isso indica que a severa desigualdade de hoje é fruto do estrondoso sucesso da teoria econômica predominante, não do seu fracasso, uma vez que seu objetivo genuíno é a concentração de poder social, conforme demonstrado antes.

Considerando válida esta argumentação, só existiria uma real oportunidade para se promover a inclusão social e a preservação ambiental se a humanidade estivesse em processo de transformação da visão de mundo, perspectiva, consciência. Caso contrário, todos os mais refinados esforços nesse sentido seriam apropriados pelas pessoas orientadas pela teoria econômica predominante e reforçariam a escassez, a concentração de poder social, a desigualdade. Um exemplo dessa apropriação espúria é a forma como o Balanço Socioambiental está sendo usado para marketing corporativo no Brasil (Silva, 2011).

Pelo exposto, a pergunta orientadora passa a ser a seguinte: a humanidade está mudando? Se a resposta fosse afirmativa, existiria uma oportunidade para a concepção de uma teoria econômica alternativa à predominante para atender a essas “novas pessoas” que estariam surgindo. Fritjof Capra descreve com intensidade seu entendimento sobre a relevância desta questão da seguinte forma:

Acredito que a visão de mundo sugerida pela física moderna seja incompatível com a nossa sociedade atual, a qual não reflete o harmonioso estado de inter-

relacionamento que observamos na natureza. Para alcançar tal estado de equilíbrio dinâmico, será necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente: uma revolução cultural na verdadeira acepção da palavra. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes de realizar tal mudança. (Capra, 2005:15-16)

Em harmonia com esse entendimento, foram reunidas evidências significativas que sugerem o surgimento de um “novo ser humano” (Silva, 2006:37-63). Em diversos tipos de conhecimento (científico, filosófico, religioso e popular) foram identificados indícios de que as pessoas estão passando por um processo de transição para uma nova consciência humana na Terra⁵.

Segundo esse levantamento, as principais características da consciência emergente seriam: altruísmo, inclusão, cooperação, busca por uma convivência pacífica, solidariedade, amor e abundância. Considerando válidos esses indícios, a teoria econômica predominante seria desarmônica com a consciência emergente, representando uma relevante oportunidade para a concepção de uma teoria econômica alternativa. Sobre esse aspecto, Ricardo Abramovay afirma que:

O mundo precisa de uma nova economia. A maneira como se organiza hoje o uso dos recursos dos quais depende a reprodução social não atende ao propósito de favorecer a ampliação permanente das liberdades substantivas dos seres humanos, apesar da imensa e crescente prosperidade material. A destruição ou séria ameaça a nada menos que 16 dos 24 serviços prestados

⁵ Duane Elgin e Pierre Weil oferecem comparações interessantes entre a consciência predominante e a emergente (Elgin, 1993:32-33 e Weil, 2003:19-121).

pelos ecossistemas à sociedade mostra que a pujança tem pés de barro. (Abramovay, 2012:15)

Antonio Cattani também se alinha com este entendimento afirmando que:

As alternativas na esfera produtiva contemporânea são múltiplas, complexas e controversas. O mundo das alternativas abriga, invariavelmente, incontáveis visionários imbuídos de nobres propósitos, porém, não apenas o inferno está cheio de boas intenções. Existem realizações sólidas portadoras de verdadeiras mudanças, como existem projetos inconsistentes e inconseqüentes cujos resultados não contribuem em nada com a transformação progressista. A confusão e as dúvidas existem na prática, mas também nas elaborações e representações intelectuais da realidade. A existência de imprecisões semânticas, de conceitos ambíguos e imprecisos, de teorias lacunares só aumenta a dificuldade de compreensão e de implementação dos processos. Por isso, a necessidade de construção de conceitos e teorias que permitam conhecer, que permitam apropriar-se corretamente da natureza e das potencialidades dos fenômenos. (Cattani, 2003:11)

Vários atores socioambientais têm investido nesta oportunidade para a criação de uma teoria econômica alternativa capaz de atender às aspirações de uma consciência emergente. Algumas propostas oferecidas são as seguintes: Democracia Econômica (PROUT), Economia do Amor, Economia onde Todos Ganham, Economia da Comunhão, entre outras (Maheshvarananda, 2012; Arruda, 2009; Henderson, 1996 e 2003 e Movimento Focolare, respectivamente). Neste estudo, a proposta explorada é a Economia para a Consciência Emergente ou Economia Baseada na Abundância (EBA), definida da seguinte forma: “Área do

conhecimento que lida com as formas de eliminar ou satisfazer as necessidades de bens e serviços, visando alcançar a abundância e a fartura para todos os seres que habitam a Terra.”(Silva, 2006:65).

A expressão: “Área do conhecimento que lida com as formas de eliminar ou satisfazer as necessidades de bens e serviços [...]” esclarece o que seria o objeto da Economia Baseada na Abundância, ou seja, as ações que eliminam ou satisfazem necessidades. Ela amplia sobremaneira o escopo da Economia predominante porque considera todos os bens e serviços econômicos e livres capazes de atender necessidades. Assim uma atividade que tornasse escasso um bem livre para produzir um bem econômico não seria invariavelmente captada como um aumento da prosperidade, como o faz a teoria econômica predominante. Este entendimento é fulcral para a consideração dos eventos ambientais nas análises econômicas. O importante seria o efeito líquido da atividade sobre as necessidades. Deste modo, empreendimentos poluidores ou que deterioram o tecido social teriam dificuldade para justificar sua existência. Ela também destaca a importância do estudo das necessidades e considera a possibilidade de ampliação da abundância através da eliminação das mesmas. A Economia predominante despreza essa possibilidade, como pode ser constatado pelas citações a seguir:

[...] definir-se-á ‘necessidade humana’ como qualquer manifestação de desejo que envolva a escolha de um bem econômico capaz de contribuir para a sobrevivência ou para a realização social do indivíduo. Assim sendo, ao economista interessa a existência das necessidades humanas a serem satisfeitas com bens econômicos, e não a validade filosófica das necessidades. (Pinho e Vasconcellos, 1998:13)

[...] O progresso não elimina necessidades. Contrariamente, ele renova as antigas e cria outras. [...]

Como C. Gide já observava no início do século, em seu *Cours d'économie politique*, as necessidades humanas ampliadas são a motivação maior da atividade econômica. 'A logicidade da economia fundamenta-se no atendimento das novas aspirações humanas, mesmo porque civilizar um povo nada mais é do que despertá-lo para necessidades novas' – concluía o mestre francês. (Rossetti, 2000:209-210)

Constata-se, portanto, que a teoria econômica predominante despreza o aumento da abundância decorrente da eliminação das necessidades, em severa desarmonia com os maiores inspiradores filosóficos da história da humanidade (Buda, Epicuro, Sócrates, Jesus, Thoreau, Tolstoi, Gandhi etc.). A melhoria da saúde da população, o fim das guerras e a redução do vício de fumar, por conseguinte, prejudicam a economia predominante porque eliminam necessidades de medicamentos, armas e cigarros, respectivamente. Isso é lógico porque ela orienta as pessoas para a expansão da escassez, conforme argumentado antes. Como a Economia Baseada na Abundância (EBA) orienta para a abundância, sua perspectiva é oposta e a eliminação das necessidades indesejáveis (validade filosófica) torna-se uma ação relevante para o cumprimento da sua missão.

Seguindo a análise da definição proposta, a expressão: “[...] visando alcançar a abundância e a fartura [...]” encerra a função da Economia Baseada na Abundância (EBA), isto é, incentivar a construção de um ambiente em que as necessidades sejam facilmente satisfeitas. Isso seria perseguido, como comentado anteriormente, através da elaboração de meios adequados para:

- desestimular as necessidades que não se vinculem ao bem-estar individual e coletivo (validade filosófica); e
- disponibilizar, com o menor ônus possível, os bens que satisfaçam as demais.

Isso também representaria uma ampliação do escopo da teoria econômica predominante porque seu objetivo deixaria de se resumir à maximização ou otimização da produção de bens e serviços com os recursos escassos existentes e passaria a ser o alcance e a manutenção da abundância, uma tarefa contínua e harmônica com as expectativas de um futuro com maiores liberdades. Supõe-se que a Economia Baseada na Abundância elevaria sua importânciasocialna mesma medida da redução da escassez na Terra. Assim, o arcabouço teórico proposto deixaria de fomentar a escassez e passaria a estimular a abundância.

Finalizando a análise da definição citada, a expressão: “[...] para todos os seres que habitam a Terra.” consiste numa grande ampliação de escopo, em relação à teoria econômica predominante, porque inclui, além da humanidade, os demais seres como beneficiários da área de conhecimento proposta. Estes seriam considerados parceiros e, por conseguinte, dignos de respeito e consideração. A definição apresentada supõe que há um vínculo entre bem-estar do indivíduo e aquele experimentado pelo Planeta. Em outras palavras, o acesso facilitado para as pessoas à água potável, por exemplo, exige a existência de uma incomensurável quantidade e variedade de seres não-humanos – árvores, bactérias, minhocas, formigas, pássaros, abelhas, morcegos etc. Portanto, as necessidades desta infinidade de seres não-humanos também precisam ser atendidas adequadamente. Tal proposta pode soar descabida, porém, Fritjof Capra, sobre esse aspecto, manifesta-se da seguinte forma:

[...] Na medida em que nos retiramos para nossas mentes [ênfase exagerada ao pensamento racional], esquecemos como ‘pensar’ com nossos corpos, de que modo usá-los como agentes de conhecimento. Assim fazendo, também nos desligamos do nosso meio ambiente natural e esquecemos como comungar e

cooperar com sua rica variedade de organismos vivos.
(Capra, 2005:37)

Supondo que a consciência emergente está começando a se recordar de que os seres humanos precisam cooperar com os demais organismos vivos para favorecer a sua própria existência, faz sentido uma definição de economia que inclua todos com beneficiários da área do conhecimento conceituada.

Sintetizando, a ilustração 4 apresenta as principais diferenças entre a Economia Baseada na Abundância (EBA) e a Teoria Econômica Predominante (TEP).

TEP	EBA
Escassez	Abundância
Medo	Amor
Exclusão	Acolhimento, inclusão
Competição	Cooperação
Auto-interesse, egoísmo	Equidade, "Somos todos um"
Racionalidade	Consciência
Poder social (exterior)/alienação	Poder interior/partilha/envolvimento
Transformar bens livres em econômicos	Transformar bens econômicos em livres

Ilustração 4 – Principais diferenças entre TEP e EBA (Fonte: autor)

Com base na definição analisada, os estudiosos contemporâneos podem desenvolver um novo conjunto de conceitos que ajude a identificar e superar os problemas relacionados com o atendimento das necessidades, proporcionando abundância e bem-estar individual e coletivo. A Contabilidade, enquanto veículo de comunicação social sobre a evolução patrimonial, econômica, financeira e socioambiental das

entidades, teria que ser significativamente transformada para se harmonizar com tais desdobramentos teóricos. O próximo tópico se destina a efetuar algumas especulações a esse respeito.

5. EXISTIRIA CONTABILIDADE HARMÔNICA COM UMA TEORIA ECONÔMICA ALTERNATIVA?

A reflexão sobre a divulgação do balanço socioambiental no Brasil indicou que esse relatório tem sido deliberadamente usado para melhorar a imagem de empreendimentos causadores de severos impactos nocivos às pessoas e ao meio ambiente (Silva, 2011). Ela também apontou algumas direções que poderiam ser exploradas para a elaboração de uma informação contábil baseada numa teoria econômica alternativa. Esse assunto é examinado nos próximos tópicos.

5.1. Balanço socioambiental para planejamento social

Uma das sugestões identificadas foi o balanço socioambiental para planejamento social. Sua definição seria a seguinte:

O balanço socioambiental para planejamento social seria a abordagem que enfatizaria a melhoria generalizada da qualidade de vida, mostrando integralmente os benefícios e malefícios que a entidade gera para a sociedade como um todo. Este enfoque parece inexplorado na atualidade. Sua contribuição para a transparência e conseqüente equacionamento dos graves problemas enfrentados pela humanidade parece bastante elevada. (Silva, 2011:161-162)

Tal definição parece harmônica com a Economia Baseada na Abundância porque visa oferecer contribuições para o equacionamento dos problemas enfrentados pela humanidade, uma vez que sua

beneficiária seria a sociedade como um todo. Isso se daria pela identificação dos benefícios e malefícios sociais gerados pela entidade. Entretanto, o uso apropriado desse instrumento exigiria um contexto específico e usuários da informação contábil com as características da consciência emergente, conforme apresentada antes. Sinteticamente, o contexto necessário para a sua implementação seria o seguinte:

Cabe, então, a seguinte questão fundamental, relacionada ao aspecto da justiça: quando seria justificável a criação, manutenção ou encerramento das atividades de uma entidade? Sob o entendimento proposto, um empreendimento só se justificaria quando o seu desempenho integral fosse positivo, ou seja, quando ele gerasse mais benefícios do que malefícios para a sustentação da vida na Terra. Caso contrário, ele não deveria ser implementado ou mantido porque prejudicaria a resolução dos dramáticos problemas que experimentamos. Entende-se que esta abordagem é adequada porque os sócios emprestam apenas dinheiro, enquanto que o Planeta e a sociedade fornecem ar, saúde, tranquilidade, força para a transformação, água e vidas. Sob nosso ponto de vista, estes últimos recursos são muito mais valiosos do que o dinheiro. Logo, a sociedade teria mais justificavas para decidir sobre a criação, manutenção e extinção dos empreendimentos do que os seus “proprietários” (ente socioambiental). (Silva, 2011:158-159)

Tal contexto seria fundamental para que a Contabilidade pudesse oferecer contribuições para o equacionamento dos problemas sociais e ambientais enfrentados pela humanidade porque condicionaria a criação e a existência dos empreendimentos ao efetivo oferecimento de benefícios líquidos à vida na Terra. Ele encontra ressonância nas seguintes palavras de Fritjof Capra: “[...] não pode haver sabedoria sem compaixão, o que

para mim significa que a ciência não tem valor se não for acompanhada de preocupação social [e ambiental].” (Capra, 2002b:29)

Relacionando a proposta do balanço socioambiental para planejamento social à definição da Economia Baseada na Abundância (EBA), apresentada anteriormente, seria possível entender benefícios líquidos como redução das necessidades insatisfeitas. Como seu objetivo consiste em ampliar a abundância através da eliminação ou atendimento às necessidades, um sistema de informação que monitorasse os impactos dos empreendimentos sobre as necessidades da coletividade parece harmônico com essa teoria econômica alternativa.

Assim, a atenção seria destinada para medir o efeito das atividades de uma dada entidade sobre as necessidades coletivas. Se as operações da entidade reduzissem o conjunto de necessidades coletivas insatisfeitas, isso seria entendido como um benefício líquido para a sociedade porque estaria oferecendo contribuições para o alcance de um estado de abundância. Caso fosse constatado um malefício líquido – isto é, aumento das necessidades insatisfeitas – o empreendimento estaria agravando a situação socioambiental e sua reformulação deveria ser praticada. No limite, o empreendimento poderia ser descontinuado. Atualmente, os empreendimentos são reformulados ou extintos (falência) quando são incapazes de gerar riqueza econômica, definida pela teoria econômica predominante. Esse critério seria superado pela incapacidade de contribuir para o equacionamento dos problemas sociais e ambientais. Assim seria possível orientar a sociedade para o alcance e manutenção de um estado de abundância no Planeta.

Depreende-se do exposto que a adequada aplicação do balanço socioambiental para planejamento social, harmonizado com a EBA, provavelmente acarretaria, num primeiro momento, um conflito entre legalidade e legitimidade. Legalidade refere-se à aderência aos textos legais vigentes. Legitimidade, para fins deste estudo, seria entendida da seguinte forma:

Através da História, as mudanças realmente fundamentais das sociedades nasceram, não de decretos governamentais, nem como resultado de batalhas, mas devido à mudança de mentalidade – ainda que, às vezes, muito pequena – num grande número de pessoas.

Algumas dessas mudanças redundaram em profundas transformações – por exemplo, a transição do Império Romano para a Europa Medieval, ou da Idade Média para os tempos modernos. Outras mudanças foram mais específicas, como a constituição dos Estados democráticos da Inglaterra e da América, ou o término da escravidão como instituição aceita. Nestes últimos exemplos, o importante é as pessoas se conscientizarem de que por mais forte que seja uma organização política, econômica ou militar, ela só subsistirá porque tem legitimidade e essa legitimidade procede da opinião do povo. Ao povo cabe outorgar e revogar a legitimidade. O desafio à legitimidade talvez seja a maior força de transformação encontrada na História. (Harman, 1994:7)

Pelo exposto, o ideal seria a legislação se alinhar estreitamente à legitimidade para evitar conflitos dessa natureza. Todavia, em momentos de significativa transformação de mentalidade, como parece ser o atual, conforme argumentação anterior, as instituições legislativas e judiciárias tendem à manutenção da situação vigente, acarretando o conflito entre legalidade e legitimidade. Entende-se, portanto, que a legitimidade deve prevalecer sobre a legalidade sempre que um conflito ocorrer para que o balanço socioambiental para planejamento social possa oferecer as contribuições previstas.

Este aspecto é fulcral para a presente reflexão porque tal perspectiva possibilitaria o tratamento adequado dos eventos ambientais. Ao contrário da teoria econômica predominante que só enxerga os bens econômicos, o

monitoramento das necessidades da coletividade leva em consideração os bens livres, uma vez que elas também incluem ar respirável, temperatura adequada, silêncio, luz solar, ventilação, água potável, paisagem etc. Na medida em que os bens livres deixassem de ser abundantes por ação de qualquer empreendimento, as necessidades coletivas insatisfeitas aumentariam, indicando que tal ação deve ser modificada ou paralisada para restaurar o estado de abundância anterior à sua implementação.

5.2 Abrangência da aplicação

Outra sugestão oferecida, combinada com a apresentada no tópico anterior, é a possibilidade de unificação da abordagem contábil proposta para todos os tipos de empreendimentos. Sinteticamente, ela poderia ser assim apresentada:

[...] independentemente da sua formalização jurídica e dos objetivos propostos, as entidades (empresas, universidades públicas, assembleias legislativas, quartéis, varas judiciais, prefeituras, organizações não governamentais, bancos de desenvolvimento, igrejas etc.) deveriam ser criadas, mantidas, reformuladas e encerradas em função do resultado do confronto entre os benefícios e malefícios que elas geram para o Planeta. Dessa forma, a contabilidade seria uma ferramenta relevante para o planejamento social que visa à elevação generalizada da qualidade de vida. (Silva, 2011:163)

Pelo exposto, todos os aglomerados de pessoas (entidades) se orientariam pela eliminação ou satisfação das necessidades da coletividade, tornando-se instrumentos de ampliação da abundância. Caso a existência das entidades dependesse deste desempenho, um grande incentivo seria fornecido para o equacionamento dos problemas sociais e ambientais que a humanidade enfrenta. Talvez dessa forma a

Contabilidade se tornasse capacitada para atender às necessidades de informações da suposta consciência emergente, cujo objetivo econômico seria a expansão da experiência da abundância na Terra.

6. CONCLUSÕES

Este estudo compartilhou reflexões sobre os dilemas associados ao tratamento dos eventos ambientais pela Contabilidade. Argumentou-se que alguns estudiosos, mesmo com o firme propósito de oferecer contribuições para a preservação da vida na Terra, talvez estejam se afastando desse nobre objetivo. Isso ocorreria sempre que a teoria econômica predominante fosse empregada para sustentar seus estudos. O caráter destrutivo deste arcabouço conceitual é inerente à opção pela escassez. O emprego desse fundamento teórico para o reconhecimento do valor de qualquer item, em particular os eventos ambientais, estimula a própria escassez, agravando os problemas sociais e ambientais que a humanidade enfrenta.

As reflexões compartilhadas evidenciam que é necessária uma perspectiva (visão de mundo) diferente da predominante para que sejam oferecidas genuínas contribuições para que a experiência de vida na Terra seja mais plena e abundante. Sobre este aspecto, foram apresentados indícios de que a humanidade está inserida num processo de transição de nível de consciência. Considerando válida esta percepção, está-se diante de uma oportunidade ímpar para a concepção de novas abordagens para todas as áreas do conhecimento humano. A Contabilidade não poderia estar excluída desse contexto.

Foram oferecidas informações de que iniciativas direcionadas para a suposta consciência emergente estão disponíveis na Economia. E na Contabilidade?

Também na Contabilidade foram identificadas propostas que poderiam se harmonizar com essa diferente possibilidade de desenvolvimento. Supostamente compatíveis com a Economia Baseada na Abundância (EBA), arcabouço teórico disponível para a superação da teoria econômica predominante, tais propostas consistem em: (a) superar o resultado econômico, como geralmente entendido, pelo efeito líquido nas necessidades da coletividade e (b) abranger todos os aglomerados de pessoas (entidades) com a divulgação de informações dessa natureza. Elas talvez representem o embrião de uma orientação para a Contabilidade completamente diferente da predominante.

Estes encaminhamentos possibilitariam o tratamento adequado dos eventos ambientais porque os efeitos das ações das pessoas reunidas em entidades sobre o conjunto das necessidades coletivas seriam monitorados, aspecto que permitiria a consideração dos bens livres nas análises econômicas. Ações que aumentassem a satisfação das necessidades coletivas seriam estimuladas, enquanto que as demais seriam modificadas ou paralisadas. Assim procedendo, o reconhecimento dos eventos ambientais pela Contabilidade tenderia a contribuir sobremaneira para o equacionamento dos sérios problemas sociais e ambientais que a humanidade enfrenta.

Espera-se que as reflexões aqui compartilhadas estimulem os estudiosos à exploração de direções alternativas para a evolução da teoria contábil.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo (2012): **Muito além da economia verde**, São Paulo, Abril.

ARRUDA, Marcos (2009): **Educação para uma economia do amor: educação da práxis e economia solidária**, Aparecida/São Paulo, Ideias & Letras.

BAKER, Mark W. (2005): **Jesus, o maior psicólogo que já existiu**, Rio de Janeiro, Sextante.

BIRDSALL, Nancy (2006): "The world is not flat. Inequality and injustice in our global economy", *WIDER Annual Lecture*, 9, 2006. (Helsinki, UNU World Institute for Development Economics Research)

CAPRA, Frijof (2005): **O ponto de mutação**, São Paulo, Cultrix. (25 ed.)

_____. (2002a): **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**, São Paulo, Cultrix.

_____. (2002b): **Sabedoria incomum: conversas com pessoas notáveis**, São Paulo, Cultrix. (8 ed.)

CATTANI, Antonio D. (org.) (2003): **A outra economia**, Porto Alegre, Veraz.

ELGIN, Duane (1993): **Simplicidade voluntária: em busca de um estilo de vida exteriormente simples, mas interiormente rico**, São Paulo, Cultrix.

HARMAN, Willis (1994): **Uma total mudança de mentalidade: as promessas dos últimos anos do século XX**, São Paulo, Cultrix/Pensamento.

HENDERSON, Hazel (2003): **Além da globalização: modelando uma economia global sustentável**, São Paulo, Cultrix.

_____. (1996): **Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da guerra da economia global**, São Paulo, Cultrix.

LÉVESQUE, Benoit (2007): "Contribuição da nova sociologia para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável", *Revista de Administração de Empresas*, N. 47(2), pp. 49-60. (Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas)

MAHESHVARANANDA, Dada (2012): **After capitalism: economic democracy in action**, San Germán (Puerto Rico), InnerWorld. (www.innerworldpublications.com)

MORCILLO, Francisco Mochón, TROSTER, Roberto Luis (1994): **Introdução à economia**, São Paulo, Makron Books.

PINHO, Diva B., VASCONCELLOS, Marco A. S. (org) (1998): **Manual de economia**, São Paulo, Saraiva. (3 ed.)

RODRIGUES, Luciana, VASCONCELLOS, Carlos (2005): “Distância sem fim: mais rico e mais desigual; Economia cresce no mundo, mas ONU diz que aumenta disparidade entre países e pessoas”, *O Globo*, 26/08/2005 (2 ed.), p. 23. (Rio de Janeiro, Caderno Economia)

ROSSETTI, José Paschoal (2000): **Introdução à economia**, São Paulo, Atlas. (18 ed.)

SCHUMACHER, E. F. (1983): **O negócio é ser pequeno: small is beautiful**, Rio de Janeiro, Zahar.

SEN, Amartya K. (1999): **Sobre ética e economia**, São Paulo, Companhia da Letras.

SILVA, Paulo Roberto (2011): “Reflexões sobre a divulgação do balanço socioambiental no Brasil”, *Contabilidad y Auditoría – investigaciones en teoría contable*, N. 34, pp. 141-168, dic. (Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires; Facultad de Ciencias Económicas – Sección de Investigaciones Contables)

_____. (2006) **Consciência e abundância**, Niterói (Brasil), edição do autor. (prabundanci@gmail.com)

SROUR, Robert H. (2000): **Ética empresarial**, Rio de Janeiro, Campus.

STIGLITZ, Joseph E. (2013): **O preço da desigualdade**, Lisboa, Bertrand.

TAPSCOTT, Don e TICOLL, David (2005): **A empresa transparente**, São Paulo, M. Books do Brasil.

TOLSTOI, Leon (1994): **O reino de Deus está em vós**, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos. (2. ed.)

TRAUMANN, Thomas (1997): “O valor do verde - estudo calcula em cifrões os benefícios que alguns ecossistemas geram para a humanidade”. *Veja*, N. 1498, p. 80-81, 4 jun. 1997. (São Paulo, Ed. Abril)

VARIAN, Hal R. (2000):**Microeconomia: princípios básicos**, Rio de Janeiro, Campus.

VASCONCELLOS, Marcos A. S., GARCIA, Manuel E. (2000):**Fundamentos de economia**, São Paulo, Saraiva.

WEIL, Pierre (2003):**Os mutantes: uma nova humanidade para um novo milênio**, Campinas (Brasil), Verus.